



Editorial



CAMINHO LIVRE PELA FRENTE... QUANDO?

A cada safra agrícola os profissionais do campo brasileiro reafirmam sua competência técnica, capacidade de superar desafios e reforçam seu potencial para consolidar o Brasil como líder no fornecimento de alimentos, fibras e energia para o mundo. Isso é possível em virtude da aplicação de tecnologias de ponta que implicam em ganhos de produtividade e, conseqüentemente, no aumento da quantidade produzida.

A abertura de fronteiras no interior do país também contribuiu para o aumento da produção e estimulou o surgimento de novos polos agropecuários e o crescimento de centros urbanos, impulsionando a economia e melhorando a qualidade de vida da população.

Entretanto, o que deveria ser motivo apenas para comemoração, gera também preocupações decorrentes das más condições logísticas do país. Os baixos investimentos em transporte nas últimas duas décadas foram insuficientes para fornecer o apoio necessário ao desenvolvimento do agronegócio, principalmente nas regiões localizadas no interior do país; bem como acompanhar o acirramento da competição no mercado mun-

dial, no qual agilidade, rapidez e baixo custo na movimentação de produtos passaram a ser mandatórios.

O desequilíbrio na matriz de transportes, com o predomínio do rodoviário, as condições precárias de conservação das malhas e as deficiências nas estruturas de apoio – como a infraestrutura de armazenagem insuficiente e mal distribuída geograficamente – implicam em ineficiências e lentidão no transporte dos produtos agropecuários e dos seus insumos produtivos, que culmina em preços de alimentos mais elevados ao consumidor final e perda de competitividade no comércio internacional.

Esses problemas são bastante conhecidos e há muito o setor discute soluções e apresenta propostas que incluem o melhor aproveitamento das ferrovias e hidrovias; desenvolvimento dos corredores de exportação através da integração dos diferentes modais; e investimentos nos portos que permitam ganhos de eficiência e ampliação da capacidade dos terminais, viabilizando o escoamento das safras por sua rota mais econômica e não pela “possível”.

Apesar dos esforços, a situação persistiu e agora beira a insustentabilidade diante dos

recordes de produção e demandas crescentes para a exportação. Daí a importância da divulgação pelo governo, no último dia 15 de agosto, da primeira etapa do PIL, Programa de Investimentos em Logística, através do qual buscará o restabelecimento da capacidade de planejamento integrado do sistema de transportes pela integração dos modais com portos e aeroportos e a articulação com cadeias produtivas.

Com o discurso de que a logística eficiente é imperativa para o desenvolvimento acelerado e sustentável, foi anunciado um investimento de R\$ 133 bilhões nos próximos 25 anos, sendo R\$ 79,5 bilhões nos próximos 5 anos, a ser aplicado na reforma e construção de rodovias federais e ferrovias. Agora, é acompanhar o que virá com a segunda e terceira etapas e cobrar para que o programa saia do papel e que as obras sejam realizadas.

O produtor já provou sua capacidade técnica e eficiência para produzir. Mas o crescimento do agronegócio depende de uma logística capaz de retirar a matéria-prima da propriedade rural e entregá-la no local e prazo combinado a um custo menor competitivo.

Patrícia Milan

Diretora Executiva da ABAG/RP

Novo Código Florestal: Mo

A aprovação da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, que introduziu o Novo Código Florestal no Brasil, revogando o que estava em vigor desde 1965 e que continha uma profusão de emendas e remendos, tornou-se uma importante batalha vencida, mas não definitiva. Toda cadeia do agronegócio nacional deve permanecer atenta e mobilizada, a questão é que ainda não se trata de uma vitória final pois ameaças continuam rondando o principal setor da economia nacional.

O alerta foi feito durante o evento “Novo Código Florestal: orientações ao produtor rural”, organizado pela ABAG/RP, com o objetivo de instruir o produtor rural para o cumprimento da nova lei ambiental brasileira. Realizado no amplo salão do Centro de Convenções de Ribeirão Preto, o evento mobilizou toda a região e atraiu aproximadamente 550 pessoas entre agricultores, líderes setoriais, empresários do agronegócio e advogados que acompanharam com interesse as palestras da advogada ambiental Samanta Pineda, do presidente da CETESB, Otávio Okano, e da Secretária da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Mônica Bergamaschi.

VIGILÂNCIA CONSTANTE

Samanta Pineda, que assessorou a Frente Parlamentar da Agricultura durante a discussão do Novo Código no Congresso Nacional, fez a recomendação pela vigilância constante dos produtores sobre o tema em função dos vetos presidenciais que o texto sofreu e da Medida Provisória 571/2012 que, apesar de agregarem algumas mudanças positivas, no geral, contrariaram importantes conquistas obtidas no Congresso. A começar pela mudança no artigo 1º, vetado pela presidência e substituído por um cuja principiologia coloca em risco a produção de alimentos pois dá margem a interpretações subjetivas, comprometendo a segurança jurídica.

CAMINHOS ATÉ A NOVA LEI

Através de um apanhado da história da legislação ambiental, desde 1934, a advogada tocou num dos pontos que mais foram defendidos pelos produtores da região de Ribeirão Preto, o direito na



linha do tempo, já que a região foi aberta muito antes de qualquer lei referente ao meio ambiente. Essa foi uma vitória que poucos acreditavam pudesse acontecer, já que para muitos não existia direito adquirido para a legislação ambiental. Agora existe e se encontra no artigo 68 do Novo Código Florestal. Basta o produtor provar que suas terras foram abertas antes da vigência da lei, o que o dispensa de recompor, recompensar ou regenerar nas porcentagens previstas na mesma.

CONTÍNUA MOBILIZAÇÃO

“O setor precisa ficar unido, se informar e se manter mobilizado”, recomendou, porque haverá ainda a votação da Medida Provisória e questões importantes continuam em jogo. Na discussão reiniciada no Congresso, são mais de 300 destaques apresentados à MP. Além disso, “devemos considerar que, mesmo com a nova lei, o Novo Código Florestal ainda não ficou 100%. Existe muita coisa para se discutir, como a lei de crimes ambientais que penaliza por qualquer coisa, e unidades de conservação que podem ser criadas por ato do setor público, entre outros aspectos. Há, portanto, muita legislação que precisa ser repensada”.

Em linguagem de fácil entendimento, Samanta advertiu que “se o setor não produzir a jurisprudência, não fizer a doutrina e não escrever a tese, alguém fará isso por ele, ou os ambientalistas ou o Ministério Público”.

ACOMPANHAR O PROCESSO

Em outras palavras, segundo ela, é necessário continuar acompanhando o processo, que se estende pelo menos até

outubro, ou seja, até quando tiver validade a Medida Provisória com os vetos à nova lei. A MP só deixará de vigorar se for votada antes desse prazo. A decisão caberá ao Congresso e a expectativa é que sejam negados os pontos que contrariam os interesses da classe produtora.

CUIDADO COM O TAC

Enquanto isso, os produtores não têm que se sujeitar a acordos como os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), que muitos foram compelidos a assinar antes de entrar em vigor o novo Código Florestal. “É preciso considerar a natureza jurídica do TAC, que não é contrato, mas, como o próprio nome diz, é um termo de ajustamento a uma lei que já não está mais vigente”. A situação muda com o advento de nova lei, no caso a lei que instituiu o Novo Código Florestal.

“É o que precisa ser defendido pela classe, antes que venha alguma tese, aceita por algum tribunal, dizendo que o TAC tem natureza de contrato. Aí vai tudo por água abaixo”, advertiu a advogada.

CETESB TAMBÉM EM COMPASSO COM A NOVA LEI

O presidente da Cetesb, Otávio Okano, responsável pelo principal do órgão licenciador do Estado de São Paulo, falou em seguida e expressou que a preocupação de defesa do meio ambiente deve envolver todos os interessados. A Cetesb, na sua obrigação de cuidar de licenças ambientais, mesmo antes do texto final da nova lei, está se adequando às disposições do Novo Código Florestal.

Okano dedicou o seu tempo principalmente para esclarecer dúvidas levantadas por muitos produtores. Numa das consultas, indagado se o produtor rural deve ser responsabilizado por incêndio criminoso em lavoura de cana-de-açúcar, respondeu que antes esta responsabilidade lhe era imputada, mas agora se entende que ele não pode ser punido duas vezes por um crime que não cometeu.

Da mesma forma, como antes a advogada Samanta Pineda havia se manifestado, Otávio Okano disse que um termo de ajustamento de conduta não pode prevalecer sobre o que diz a lei, mesmo que o TAC tenha sido assinado em tempo de lei anterior.

Mobilização ainda necessária



A Cetesb já está trabalhando com o novo conceito ambiental. O que aflige é o que pode e o que não pode ser feito. Segundo Okano, intervir em APP pode, desde que nos termos da recuperação ambiental. A contagem da APP já está a partir da calha regular do rio, seguindo as metragens da lei. Para as renovações de licenciamentos ainda não será levado em consideração a Reserva Legal, a orientação interna é por um compromisso de implantação para as futuras renovações. Se houver sobra o órgão ambiental vai dar créditos ao produtor para próximas renovações. O trabalho está mais fácil agora, com o Novo Código está ficando mais claro o que tem que ser estabelecido, disse Okano antes de começar a responder perguntas do público.

ABAG/RP NA DISCUSSÃO DA NOVA LEI

Última a se manifestar, a Secretária da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Mônica Bergamaschi, destacou o trabalho da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão no debate sobre o Novo Código Florestal desde o início desse processo, no ano 2000. Diretora Executiva da ABAG/RP até assumir sua atual função no governo do Estado, Mônica lembrou que alguns setores chamavam os produtores rurais de “criminosos”, por sua postura em defesa de condições de exercer a atividade.

Nesse contexto, disse, foi muito importante o respaldo que a Associação deu aos senadores e deputados integrantes da Frente Parlamentar da Agricultura, assim como foi oportuno o acompanhamento do trabalho da Comissão da Câmara Fe-

deral incumbida de elaborar a proposta do Novo Código. A mobilização feita em eventos ou nos “corredores do poder” deram resultados. Mas o mais importante, segundo ela, foi que a inclusão da ciência nesta discussão foi feita pela ABAG/RP, já em 2003 quando a Associação, em parceria com a Embrapa, desenvolveu o sistema de Gestão Territorial do Nordeste de São Paulo levando em consideração o antigo Código Florestal.

Ela destacou ainda a participação de sindicatos, associações e cooperativas no debate. Nesse meio tempo, lembrou, havia pressão sobre os produtores rurais, principalmente por parte de alguns representantes do Ministério Público, para assinarem Termos de Ajustamento de Conduta. “Era uma situação discrepante, absurda”.

“Afinal, como um alívio, houve a aprovação do novo Código Florestal”, disse, “mas, nem de longe isso significa que a missão terminou. Ela ainda está longe do fim”, um referencia à Medida Provisória que ainda deve ser votada pelo Congresso Nacional e a outras questões ambientais que ainda virão, como, por exemplo, a questão da água.

A vigilância deve ser constante. A mobilização não acaba, continua nos Estados que serão os responsáveis pelas regularizações das disposições transitórias.

Em São Paulo, comentou a Secretária, a Reserva Legal de 20% já não existia em 1965 e hoje, se considerada a “grande fazenda São Paulo”, com o computo das APPs, o Estado tem pouco mais de 16% de cobertura vegetal. Há muito o que fazer, e alertou: “É preciso também que,



em cada Estado, seja acompanhado o processo de votação, quando e se houver, de códigos estaduais, porque”, enfatizou, “vão continuar se manifestando os mesmos setores que gritaram contra a legislação federal”.

Os detalhes da lei nas questões de APPs, Reserva Legal, dos prazos, do Cadastro Ambiental Rural, das regularizações, enfim, tudo foi conversado com os produtores que compareceram ao evento. Quem não foi pode assistir à palestra no site da ABAG/RP e ainda imprimir a Cartilha feita pela Associação em parceria com a Canaeste, Coplana, Socicana, Brasil Verde que Alimenta e Sindicato Rural de Ribeirão Preto.

São orientações práticas que devem auxiliar o produtor neste período de espera pela entrada em vigor do Novo código Florestal Brasileiro, para que ele conheça seus direitos, seus deveres e finalmente tenha segurança para continuar seu trabalho no campo. www.abagr.org.br



Congresso Brasileiro do Agronegócio

O esforço pelo jogo de equipe, pela coordenação, pelo objetivo comum

Alogomarca do 11º Congresso Brasileiro do Agronegócio, CBA, promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio, foram peças de xadrez. Uma escolha que representa a estratégia e a tática usada na busca por um objetivo claro e definido. No caso, a união de esforços por parte do setor e governo visando superar e obter o melhor para o agronegócio brasileiro e para o país. Como em uma partida jogada para vencer, as peças devem ser mexidas com cautela e inteligência para que o Brasil deixe de ser o “país do futuro” e seja o “país do presente”, pronto para encarar os desafios que as próprias instituições internacionais, como FAO (Food and Agriculture Organization), o braço da agricultura e alimento da Organização das Nações Unidas, nos impõe: ser o celeiro do mundo e prover de alimentos, energia e fibras a crescente população mundial.

O Congresso, cujo tema foi: “Brasil – Alimentos e Energias – Seguranças Globais”, teve cerca de 600 pessoas na plateia, entre executivos do agronegócio, empresários do setor, lideranças setoriais, produtores e políticos, além de 10 mil internautas que acompanharam a transmissão pela web.

Nos quatro painéis do dia, que discutiram basicamente o Brasil como ofertante de alimentos e energia, uma certeza: setor privado e governo devem coordenar uma estratégia se quiserem que o Brasil assuma a liderança mundial, seja para o fornecimento de alimentos, seja para o desenvolvimento e produção de bioenergia. Entretanto, o trabalho conjunto não tem aconte-

cido. Segundo Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, o grande problema é a falta de articulação e comunicação. O governo, ou parte dele, já conhece e sabe do potencial do agronegócio e seus principais gargalos, a logística entre eles.

Por isso, na abertura do Congresso, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, Luciano Coutinho, fez questão de divulgar que o governo estava preparando para as próximas semanas o anúncio de grandes investimentos em logística voltada, especialmente, para facilitar a movimentação dos produtos agropecuários brasileiros, pensando nos próximos 10 ou 20 anos. Para ele, os números impressionantes do agronegócio só tendem a melhorar e justificam a ação: “poucos setores brasileiros alcançam produtividade de 4,5%, o que é comum no agronegócio”.

Se efetivamente concretizado, a melhoria na infraestrutura logística nacional será o início da resposta à pergunta do Presidente da ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho: “Qual a ambição que temos como país em função da grandeza do nosso agronegócio?”

Essa resposta a ABAG vem esperando há 11 anos, desde o primeiro Congresso, quando já promovia discussões proativas e apresentava soluções sobre os problemas do setor. Resultado disso foi um documento detalhado, resumo de todos os Congressos, com análises e sugestões, entregue a diversos Ministérios, com propostas de melhoria para as áreas de tecnologia, de segurança jurídica, de política de renda e de defesa sa-

nitária, entre outras. Mas, pelo que relatou Guilherme Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade do Ministério de Meio Ambiente, o documento deve ter se perdido. Ele pediu que as demandas fossem reencaminhadas ao governo para uma ampla discussão.

No encerramento do evento, o presidente da ABAG pediu senso de urgência ao governo: “O tema do agronegócio tem de entrar na agenda do governo para que gargalos como a falta de infraestrutura logística, maior entrave ao seu crescimento, sejam considerados prioritários pelas políticas públicas”. Pediu espaço para conversar sobre reduzir o custo Brasil, atrair capital externo e como buscar a tão necessária coordenação.

Dois dias depois do Congresso Brasileiro do Agronegócio, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro, anunciou, com orgulho, a maior safra agrícola de todos os tempos: 165,9 milhões de toneladas, 1,9% acima da safra anterior, podendo chegar a 170 milhões de toneladas. Como escreveu Celso Ming no seu artigo ‘Apesar de Você’, publicado no dia 9 de agosto de 2012 no jornal O Estado de S. Paulo: “A agropecuária brasileira continua escrevendo uma história de sucessos, apesar do jogo contra”.

Mas o que o setor quer, e deixou bem claro no 11º Congresso Brasileiro do Agronegócio, é um jogo de equipe, do ganha/ganha, um jogo com estratégia, de regras claras, de objetivos comuns, com olhar de curto médio e longo prazo. Será que é pedir muito?